



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

LEI Nº 1404 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“Altera a Lei Municipal nº 890, de 19 de agosto de 2010 e dá outras providências”.

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 1º, da Lei Municipal nº 890 de 19 de agosto de 2010 passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º, 6º e 7º, com a seguinte redação:

“Art. 1º. (...)

§ 5º. A aquisição de passagens deverá ser previamente autorizada pelo Secretário Municipal de Fazenda, sendo que a respectiva compra, após a devida aprovação, ficará a cargo do Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Fazenda, vedada a concessão de numerário para este fim, a não ser em hipóteses excepcionais, quando o Secretário Municipal da Fazenda, mediante requerimento justificado, poderá autorizar a concessão de numerário a servidor do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, o Agente Político, o titular de Cargo Comissionado e servidor em geral para aquisição de passagens, admitida, nesse caso a delegação de competência.

§ 6º. O servidor do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, o Agente Político, o titular de Cargo Comissionado e servidor em geral, deverá juntar à prestação de contas os comprovantes de embarque e desembarque ou outros documentos que demonstrem o deslocamento, bem como declaração ou cópia do certificado de participação em congresso, palestra, curso, audiência ou evento similar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO

Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

§ 7º. Os valores das diárias para cada servidor do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, o Agente Político, o titular de Cargo Comissionado e servidor em geral, terá o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração mensal de cada um dos mesmos.

Art. 2º. Fica alterada a redação do inciso III do artigo 6º da Lei Municipal nº 890 de 19 de agosto de 2010, o qual passará a vigor com a seguinte redação:

III. O retorno do servidor do Poder Executivo, da Administração direta e indireta, do Agente Político, do titular de Cargo Comissionado e do servidor em geral deve ser comunicado ao Prefeito Municipal, mediante Relatório de Viagem com eventuais detalhes complementares e documentos comprobatórios da presença e tempo que permaneceu no destino, tais como: certidões, atestados ou certificados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Monte Carmelo, 08 de novembro de 2017.


SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal


BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município